

**25 DE SETEMBRO****TODOS À ASSEMBLÉIA ESTADUAL**

*Dia 25 de setembro é **dia nacional de luta e paralisação estadual dos trabalhadores em educação** de Santa Catarina. Vamos dizer ao governo que não aceitamos ficar com os salários congelados a partir de setembro. A resposta depende do governo: ou atende a categoria ou a assembleia estadual vai dizer em alto e bom tom para o governo que não podemos continuar na normalidade.*

ASSEMBLÉIA GERAL **DOS TRABALHADORES**
EM EDUCAÇÃO**25 SETEMBRO NO CLUBE 12 DE AGOSTO ÀS 14 HORAS EM FLORIANÓPOLIS****24 DE OUTUBRO****GRANDE MARCHA À BRASÍLIA***Vamos dizer não à Reforma da Previdência !**Vamos dizer não à dívida !**Vamos dizer não à toda essa política econômica !*

CONJUNTURA

Marcha contra a terceira Reforma da Previdência

Essa “contra-reforma” além de elevar a idade mínima, acaba de vez com a aposentadoria especial dos professores, desvincula os benefícios do salário mínimo e aumenta as contribuições.

A discussão do “Plebiscito Popular pela Reestatização da Vale do Rio Doce”, consultando a população em quatro pontos fundamentais da política econômica seguida pelos sucessivos governos, mostrou que não só a nossa categoria, mas também os movimentos social e sindical, os desempregados e os estudantes estão bastante insatisfeitos com o que está ocorrendo no Brasil e em Santa Catarina. Não é para menos, quando paramos e vemos que o governo Lula, seguindo as mesmas políticas de FHC, pagou em 2006 um montante de R\$ 275 bilhões em juros e serviços da dívida externa. Ou

seja, 36,7% de todo o orçamento do país. E ainda diz que é preciso fazer uma nova Reforma da Previdência que eleva a idade mínima para se aposentar para 65 e 67 anos. A reação é de indignação.

Para garantir o pagamento das dívidas, o governo impõe um plano econômico pró-imperialista que eleva o superávit primário (garantia para o imperialismo que o Brasil fará tudo para seguir com essa sangria). Não bastasse o desemprego e a miséria reinantes no conjunto da sociedade e o arrocho salarial aos servidores públicos, o governo implementa uma política de retirar

direitos, que foram conquistados com muitas lutas. No entanto, diferentemente do primeiro mandato, estamos vivenciando uma conjuntura que indica que muita gente vai voltar às ruas para dizer não a tudo isso.

A exemplo do dia 25 de março, que reuniu mais de seis mil trabalhadores em São Paulo para formar o Fórum Nacional de Mobilização, e do dia 23 de maio, quando trabalhadores de todo o país foram às ruas dizer não a retirada de direitos, é possível novamente criar um grande movimento nacional que impeça a aprovação da Reforma da

Previdência. Tal “contra-reforma” além de elevar a idade mínima, acaba de vez com a aposentadoria especial dos professores, desvincula os benefícios do salário mínimo e aumenta as contribuições.

No dia 15 de outubro, a CUT realizou um dia nacional de mobiliza-

ção com uma grande marcha, em Brasília. O Fórum Nacional de Mobilização, integrado pela Conlutas e Intersindical, entre outras entidades, está convocando a classe trabalhadora para, no dia 24 de outubro, realizar uma nova marcha contra a terceira Reforma da Previdência.

DIA 24 DE OUTUBRO

Grande marcha à Brasília

◆ *Vamos dizer não à Reforma da Previdência*
◆ *Vamos dizer não à dívida* ◆ *Vamos dizer não à toda essa política econômica*

ASSEMBLÉIA

Unificar a luta dos servidores para obter mais conquistas

Governo Luiz Henrique: para os comissionados tudo. Para a saúde, educação e segurança: nada!

Governo chama nossa pauta de “entulho”

Desde o início do segundo mandato do governo Luiz Henrique da Silveira, em 2007, o SINTE participou de seis audiências com o secretário de Educação, Paulo Bauer, nas quais ele repetiu inúmeras vezes uma única expressão: “não”. Não para toda a nossa pauta de reivindicação. E, numa total falta de respeito com os problemas que a categoria vem enfrentando, o governo classificou nossa pauta como “entulho”. Se não bastasse tudo isto, além de não cumprir os acordos da greve de 2006, há mais de um ano o governo não apresenta nenhuma proposta para os trabalhadores em educação. E, depois da última parcela da incorporação do abono, o que vamos fazer? O que o governo propõe?

LHS gasta R\$ 150 milhões para garantir seus cargos comissionados, enquanto para os trabalhadores em educação a política é só de cortes. As Licenças-prêmios estão trancadas, há professores com quatro licenças acumuladas; os vigias foram demitidos, aumentando o clima de insegurança nas escolas; por fim, o governo ordenou a reenturmação no meio do ano atrapalhando o processo pedagógico e cortando gastos com trabalhadores. Com essa política, muitos professores tiveram diminuição nos salários e ACTs foram

demitidos. Os ACTs dos CEDUPS foram demitidos mesmo antes do término do contrato.

Os professores e as escolas estão numa situação de absoluto abandono. Falta tudo nas escolas: material de limpeza, merenda, professores, diretores adjuntos, apoio pedagógico e até o mais elementar, que é estímulo para que a socialização do conhecimento seja feita com qualidade.

A categoria está doente

Quando a Organização Mundial da Saúde definiu algumas condições necessárias para o exercício adequado de nossa profissão, como, por exemplo, a relação entre espaço físico de uma sala de aula e o número de alunos e, outro exemplo mais importante, o tempo máximo de exercício da profissão, foi porer que sem esses parâmetros não seria possível seguir trabalhando. Assim, o fato de que temos que trabalhar até os 50 anos de idade (no caso das mulheres) e 55 anos (para os homens), agravou-se de forma explícita as doenças oriundas da profissão. Isso é hoje um problema nacional.

Em Santa Catarina, o quadro é muito pior. Só em 2005 foram mais e 11 mil licenças para tratamento de saúde, sendo que, na sua grande maioria, são por doenças ligadas ao estado emocional e psíquico dos professores. Mas isto parece não

preocupar a Secretaria de Educação, uma vez que, desde que se constatou o problema, a SED não elaborou uma política de saúde para o trabalhador da educação. Como também não tem uma política de segurança nas escolas.

O descaço e o desrespeito com esta situação chegaram a tal ponto que o secretário de Educação, na última audiência, disse que vai investigar o porquê de tantas licenças para tratamento de saúde, questionando os atestados médicos, questionando os próprios médicos, e duvidando até mesmo de que a categoria realmente está cada vez mais sofrendo com as jornadas excessivas de trabalho, por conta dos baixos salários, com as salas de aulas superlotadas etc. Em nenhum momento passou pela cabeça do governo que uma das causas destes problemas pode estar no truncamento das licenças. Qual a solução que o secretário de Educação tem apresentado? Reenturmação no meio do ano, não concessão das licenças prêmios, demissão de vigias, entre tantos ataques. O adocimento da categoria é responsabilidade (ou falta de responsabilidade) do governo do Estado.

Bauer não tem o poder de decidir e governador enrola para nos receber

Desde a última audiência com Luiz Henrique da Silveira, ainda em 2004, o SINTE tem insistido para ser recebido novamente pelo governa-

do. Temos cobrado esta audiência pois o governo não cumpriu os acordos das greves de 2004 e 2006 e, como já dissemos antes, o secretário da Educação, Paulo Bauer, não tem poder de decidir sobre as questões salariais que envolvem a nossa pauta de reivindicação. Recentemente, e depois de muita insistência, o governo marcou audiência, mas para depois da nossa assembleia estadual, ou seja, está querendo nos enrolar novamente. Queremos respostas à nossa pauta antes de 25 de setembro.

Queremos fazer valer o acordo da última greve que indicou a incorporação do último abono e a equiparação do piso salarial com os demais servidores. Queremos estabelecer uma mesa de negociação que discuta um piso profissional. Queremos do governo uma política de saúde e segurança do trabalhador da educação. Queremos eleição direta para direção das escolas - compromisso assumido pelo governo desde 2004.

O governo Luiz Henrique vem promovendo um verdadeiro ataque ao serviço público catarinense. Na saúde, demitiu 651 trabalhadores e hoje um enfermeiro é responsável por oito pacientes, sendo que o ideal é de um profissional para cada dois usuários. Apesar de ter elaborado o plano de cargos e vencimento, não o regulamentou. Aumentou o valor da hora plantão fazendo com que os enfermeiros aumentem sua carga horária para receber um pou-

co mais. Não muito diferente da política de abonos para quem está em sala com quarenta aulas. O governo pretende privatizar os serviços públicos e de qualidade desempenhados pelo HEMOSC e CEPON, que são centros de excelência nacional em captação de sangue, hematologia e tratamento de câncer.

Na segurança pública, o governo fez aprovar, em dezembro 2003, a Lei Complementar 254, que garante aumento salarial a base dos servidores da segurança pública (praças, policiais civis e agentes prisionais), e até hoje não cumpriu na íntegra essa conquista. Santa Catarina tem hoje uma defasagem de mais 5 mil policiais.

Estas situações ilustram a falta de compromisso do governo com a saúde, a segurança e a educação do povo catarinense que, cada vez mais, carece de serviços públicos, gratuitos e de qualidade.

Precisamos unificar nossas lutas para impor derrotas a este governo e obter conquistas para estas categorias e também para a população catarinense. Não podemos aceitar o desmonte do serviço público e os ataques aos servidores. **Portanto, no dia 25 de setembro vamos todos para a rua protestar. Neste dia o SINTE/SC, a APRASC e o SINDSAÚDE estarão realizando suas assembleias em Florianópolis.**

MOBILIZAÇÃO

Em luta por um piso salarial nacional de qualidade

Para garantir a votação de um piso que venha resgatar a qualidade da educação e melhores condições de vida dos educadores, será necessário intensificar a mobilização

Antonio Cruz/ABr

Para a CNTE, o piso salarial profissional nacional cumpre três importantes papéis: 1) combate os efeitos das desigualdades regionais, possibilitando elevação das condições de trabalho, de formação e de remuneração de todos os profissionais da educação do país; 2) valoriza a carreira e recupera a dignidade profissional dos educadores e; 3) ajusta os sistemas de ensino dos entes federados, de modo a potencializar a gestão dos recursos e a oferta de educação de qualidade.

Após cinco meses de debates, audiências públicas, emendas, da Marcha em Brasília, caravanas semanais na Comissão de Educação, pressão por e-mail, o relator havia acatado em 90% as propostas da CNTE, fazendo com que viéssemos a apoiar votação da proposta do relator. No entanto, foi preciso a greve nacional, em 29 de agosto, para que o relatório fosse lido e que frustrou todos os profissionais da educação, pois não era o mesmo que havia sido amplamente divulgado em julho. Veja o comparativo.

O relatório que foi lido, resultado da pressão exercida pelos governadores e prefeitos, representou um retrocesso em relação ao relatório de julho e tem os seguintes prazos: até dia 06 de setembro apresentação de emendas e, a partir de 12 de setembro, pode ser votado pela Comissão de Educação da Câmara.

A CNTE fará novamente emendas que visam garantir um piso de qualidade:

- 1- Garantia do conceito de vencimento, a fim de evitar que o piso torne "teto";
- 2- Previsão de formação mínima como forma de estimular o aperfeiçoamento profissional;
- 3- Estabelecimento de horatividade visando melhores níveis de aprendizado dos alunos e de condições de trabalho aos edu-



Brasília - Professores fazem marcha em Brasília por aumento do piso salarial

cadores;

- 4- Definição de jornada compatível com um bom desempenho profissional;
- 5- Estipulação de valor que

visse resgatar a histórica desvalorização da categoria;

- 6- Previsão de requisitos que garantam a integralidade e a paridade aos trabalhadores apo-

sentados.

Para garantir um piso nacional digno, é preciso lutar contra o piso do governo Lula e exigir respeito.

COMPARATIVO DAS PROPOSTAS DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL

CRITÉRIO	GOVERNO	CNTE		RELATÓRIO DIVULGADO EM JULHO		RELATÓRIO APRESENTADO 29 DE AGOSTO	
		Profissionais da educação	Profissionais do magistério	Ensino Médio	Ensino superior	Profissionais do Magistério	
Abrangência	Profissionais do magistério	Profissionais da educação		Profissionais do magistério		Profissionais do Magistério	
Valor	R\$ 850,00	R\$ 1.050,00*	R\$ 1.575,00*	R\$ 900,00*	R\$ 1.100,00*	R\$ 950,00*	
Formação	Não menciona	Ensino médio	Ensino superior	Ensino Médio	Ensino superior	Ensino Médio	
Jornada	40 horas semanais	30 horas semanais 30% hora/atividade		25 horas semanais 30% hora/atividade		40h em 2008 e 2009 Hora/atividade conforme atual PCCS	30h em 2010 33% hora/atividade
Conceito	Remuneração total no início da carreira (inclui todas as vantagens e gratificações)	Vencimento inicial de carreira (exclui as vantagens e gratificações)		Vencimento inicial de carreira (exclui as vantagens e gratificações)		Remuneração inicial de carreira (inclui as vantagens e gratificações) em 2008 e 2009	Vencimento inicial de carreira (exclui as vantagens e gratificações) a partir de 2010
Prazo de implantação	2008 / 2009 / 2010	2008		2008 - 80% 2009 - 100%		2008 / 2009 / 2010	
Correção anual	Não menciona	Mês de abril		Mês de fevereiro		Mês de Janeiro	

* aplica-se a proporcionalidade para jornadas ampliadas e reduzidas.

DENÚNCIA

Governo apresenta outro regime de previdência estadual

A intenção é jogar para debaixo do tapete uma longa história de dívidas com os servidores não honradas

O governo do Estado, dando continuidade às reformas da Previdência de 1998 e 2003, promovidas pelos governos FHC e Lula, está tentando pela segunda vez regulamentar o Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos estaduais. A proposta que está circulando pelos meios políticos, sem dúvida, um ataque aos direitos dos servidores. O primeiro aspecto que chama atenção é a criação de dois fundos para cobrir as despesas com os benefícios do regime, dividindo os servidores. Um dos fundos, o Financeiro, cobrirá as despesas previdenciárias dos atuais aposentados e pensionistas e dos servidores que ingressaram no serviço público estadual até dezembro de 2003. O outro fundo, o Previdenciário, cobrirá os benefícios dos servidores que ingressaram ou vierem a ingressar depois de 2003.

Esta divisão do regime em dois fundos cria uma série de problemas. O fundo Financeiro será constituído

apenas pelas contribuições dos ativos que ingressaram até 2003 e dos inativos que contribuem. Atualmente estas contribuições não são suficientes para custear todas as despesas com os atuais aposentados e pensionistas. Isso quer dizer que, este fundo, além de iniciar com forte déficit (em torno de R\$ 70 milhões, conforme informação dada pelo IPESC), suas despesas serão crescentes e suas receitas decrescentes. Isto tudo porque a tendência é de diminuir os contribuintes e aumentar os beneficiados, colocando em risco o pagamento dos benefícios.

O governo poderá alegar que este risco não existe, pois o Tesouro do Estado e os três poderes e seus respectivos órgãos serão responsabilizados pelas insuficiências financeiras deste fundo, mas será que algum governo de plantão vai inviabilizar estes poderes em favor dos aposentados? Esta responsabilização na prática institucionaliza o que já

vem ocorrendo no Estado, que é o desvio do dinheiro da educação para pagamento de aposentados, o que é totalmente legal, pois estes aposentados já contribuíram ao longo da sua carreira para garantir os seus benefícios na aposentadoria. Onde foi parar este dinheiro? Os governos anteriores e o atual precisam ser responsabilizados por não terem efetuado os depósitos obrigatórios da parte patronal, assim como dos desvios que fizeram.

Enquanto o fundo Financeiro já nasce capenga, o Previdenciário nasce robusto. Primeiro porque fará parte deste fundo o patrimônio do IPESC e seus rendimentos, assim como as receitas oriundas da compensação financeira entre os regimes previdenciários, entre outros recursos. Segundo porque, a longo prazo, este fundo não terá praticamente nenhuma despesa, pois só passará a pagar aposentadorias daqui no mínimo 20 anos. Qual a justificativa para incluir neste fundo patrimônio constituído com a

contribuição dos servidores que ingressaram antes de 2003, se o mesmo não vai cobrir as despesas com estes servidores? Um fundo com um caixa tão atraente assim não estará sendo criado para o governo poder barganhar junto ao setor financeiro determinados apoios? Isto é, por trás desta artimanha não existe uma jogada política-eleitoral?

Um problema também a ser destacado refere-se à estratégia de transferência de responsabilidades em relação ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores públicos estaduais. Está transferência se dá em duas vias. Primeiro, incluindo três servidores (ativos e inativos) no Conselho Administrativo do Regime Próprio e depois via o cálculo atuarial que deverá ser feito anualmente e sempre que se constatar insuficiência financeira os servidores serão taxados.

Outro problema significativo se refere ao cálculo dos proventos. A proposta do governo estabelece como única opção para este cálculo

a média aritmética simples de 80% das maiores remunerações de todo o período contributivo desde julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior. Esta metodologia de cálculo trás prejuízos na fixação do valor do benefício especialmente para os professores que ampliaram sua carga horária e também aqueles que progrediram significativamente no Plano de Carreira durante o período citado.

A intenção do governo é clara: jogar para debaixo do tapete uma longa história de desvios e dívidas com os servidores não honrados, transferir a responsabilidade de garantir o pagamento dos benefícios previdenciários para os atuais e novos servidores e abrir mais uma fonte de recursos generosa para os banqueiros de plantão lucrar com o trabalho alheio. É preciso derrotar mais esta armadilha político-eleitoral do governo Luiz Henrique da Silveira. E isso só será possível com muita luta, com o povo nas ruas.

Pauta de reivindicação do SINTE/SC

- 1- Incorporação do abono de R\$ 100, mantendo a estrutura da tabela salarial;
- 2- Equiparação do nosso piso salarial com os demais servidores públicos;
- 3- Vale-alimentação mensal e equiparado ao dos professores da UDESC, extensivo aos aposentados, serventes, vigias e merendeiras;
- 4- Encaminhamento do projeto de lei para eleição direta para direção de escolas;
- 5- Plano de Saúde para os ACTs;
- 6- Regularização da situação dos serventes vigias e merendeiras;
- 7- Políticas públicas de combate a violência nas escolas; implementação da Lei 10.639;
- 8- Liberação das licenças-prêmio, para trato de interesses particulares e para estudos;
- 9- Pagamento imediato dos precatórios do IPESC e do Estado.
- 10- Extinção do processo de reenturmação no segundo semestre do ano letivo.



DEPARTAMENTO JURÍDICO

AÇÕES PARA ASSOCIADOS APOSENTADOS

Entre as diversas ações ajuizadas pelo SINTE/SC estendendo direitos aos aposentados podemos citar: a suspensão do pagamento do IPESC e; devoluções das contribuições do IPESC pagas indevidamente desde 1998, muitas já com cálculo final e, inclusive, com pagamento. Estima-se que um grande número dessas ações serão pagas entre 2007 e 2008. Outra grande vitória foi a extensão aos professores aposentados, dos abonos previstos pelas leis estaduais números 12.667/03 e 13.135/04, num total de mais de 5000 associados. Ajuizamos também mais de 1000 ações beneficiando cerca de 8000 mil associados para recebimento de juros e atualização monetária dos salários pagos com atraso pelo governo Paulo Afonso. Os aposentados podem também requerer o direito as férias proporcionais e licença-prêmio não gozada.

AÇÕES PARA ASSOCIADOS ATIVOS

A cobrança judicial de juros e atualização dos salários atrasados do governo Paulo Afonso também se estendeu aos trabalhadores da ativa. Desde 1998, por meio de mandado de segurança, tem restabelecido o pagamento da frequência de classe aos professores readaptados mais de 2500 ações. Os professores em licença tratamento de saúde, licença-prêmio e licença-maternidade podem requerer ajuizamento de ações para receber o abono e vale-alimentação cortados quando do afastamento dos mesmos, mais de 600 requerentes já conseguiram este direito. Outro direito restabelecido através da Justiça é a aposentadoria especial aos professores readaptados. Estamos também discutindo judicialmente, desde 2004, a legalidade do sistema de alteração temporária de carga horária, tanto por meio de ação coletiva, como também ações individuais, algumas delas já estão no STJ em Brasília. Aos professores ACTs estamos garantindo ajuizamento de ações exigindo prorrogação de contrato ou indenização durante o período da estabilidade. A cada nova situação que se apresente estaremos atentos em defesa de nossos direitos. Procure sua Região do Sinte para maiores esclarecimentos.